

A3ES

Agência de Avaliação
e Acreditação
do Ensino Superior

PLANO DE ATIVIDADES

Ano de 2017

ÍNDICE

1. Introdução	1
2. A avaliação externa da A3ES e os ESG	2
3. A acreditação prévia de novos ciclos de estudos	5
4. O ciclo regular de acreditação de ciclos de estudos em funcionamento	6
5. A reavaliação das acreditações – alinhamento com o ciclo regular	7
6. O follow-up das acreditações condicionais	8
7. A certificação de sistemas internos de garantia da qualidade	8
8. A participação dos estudantes na acreditação	9
9. A avaliação institucional	9
10. Preparação do segundo ciclo regular de avaliação a iniciar em 2017	9
11. A avaliação do ensino a distância	11
12. A garantia interna de qualidade na A3ES	11
13. Internacionalização	15
14. Visibilidade da Agência e análises a nível do sistema de ensino superior	17
15. Cronologia das ações	18
Anexo I – Informação da ENQA	21
Anexo II – Conferência de 2016	22
Anexo III – Conferência de 2017	24

PLANO DE ATIVIDADES PARA 2017

1. Introdução

Está em vias de conclusão o primeiro ciclo regular completo de avaliação/acreditação dos ciclos de estudos em funcionamento nas instituições de ensino superior, o qual permitiu a eliminação daqueles que manifestamente não satisfaziam os requisitos mínimos de qualidade.

Estão, de um modo geral, operacionais todos os processos de avaliação/acreditação levados a efeito pela Agência – acreditação prévia de novos ciclos de estudos, avaliação/acreditação de ciclos de estudos em funcionamento, certificação de sistemas internos de garantia da qualidade e recrutamento e formação de alunos como avaliadores.

Com a conclusão deste primeiro ciclo estão reunidas as condições para se avançar para as avaliações/acreditações institucionais, a realizar em 2017. A avaliação institucional deve ter em conta os resultados da acreditação de todos os ciclos de estudos, a avaliação das atividades de investigação e o governo da instituição, sendo o nível de agregação o da universidade/politécnico, conforme discutido com as instituições.

Além disso, em 2017 haverá que definir os procedimentos do novo ciclo regular a iniciar neste mesmo ano, bem como proceder à atualização da base de dados da Agência. Essa atualização permitirá comparar os novos dados com os recolhidos em 2009/10, aferindo do progresso alcançado no que se refere à rede do ensino superior e a outros elementos relevantes sobre o funcionamento do sistema, como o da composição e qualificação do pessoal docente e avaliando, até que ponto, o atual sistema de qualidade foi eficaz.

Como tem vindo a ser referido ao longo dos anos de atividade da Agência, o novo ciclo regular de avaliação deve corresponder a um regime mais flexível e menos intrusivo em relação aos ciclos de estudos das unidades de ensino caracterizadas pela qualidade das suas condições de funcionamento, tendo em conta o comportamento durante o primeiro ciclo regular de avaliação, os sistemas internos

de garantia da qualidade devidamente certificados e um conjunto de indicadores de desempenho a definir.

Os processos de adesão da Agência, como membro de pleno direito, da ENQA e o registo no EQAR, estão concluídos e as respostas às recomendações do relatório de avaliação da ENQA foram aceites havendo, no entanto, que analisar as implicações das alterações registadas nos European Standards and Guidelines, que foram aprovadas pelos Ministros Europeus reunidos em Yerevan em maio de 2015.

Finalmente, a Agência deve ainda retomar, junto do novo Governo, a proposta de regulação da avaliação e acreditação do ensino a distância, que não foi possível concluir na anterior legislatura.

2. A avaliação externa da A3ES e os ESG

Como referido em relatórios anteriores, a A3ES foi objecto de uma avaliação internacional, promovida pela ENQA. O relatório da ENQA foi extremamente positivo para a A3ES tendo servido de base para a sua integração no European Quality Assurance Register for Higher Education (EQAR). O relatório continha recomendações referentes à necessidade de continuação dos esforços da Agência em três áreas específicas:

- a) Na utilização dos sistemas internos de garantia da qualidade, os quais não estão ainda desenvolvidos de forma generalizada em todas as instituições.
- b) Na maior participação dos alunos nas comissões externas de avaliação.
- c) Em tornar os relatórios de avaliação mais acessíveis e legíveis pelo público em geral.

Na sequência desse relatório a A3ES elaborou um documento de “follow-up” em que se referem as medidas tomadas. Assim, em relação ao primeiro ponto, salientou-se que os sistemas internos de garantia da qualidade das instituições são uma exigência legal cujo cumprimento é tido em conta nas avaliações dos ciclos de estudos. Em particular, nessas avaliações são verificados os seguintes elementos:

- Mecanismos de garantia da qualidade do ciclo de estudos (2.2.1; 2.2.2).
- Processos para coligir informação, monitorizar e avaliar periodicamente o ciclo de estudos (2.2.3).
- Processos de avaliação periódica das qualificações e competências dos docentes (2.2.4).
- Discussão dos resultados da avaliação do ciclo de estudos e o seu uso para definir ações de melhoria (2.2.5).

- Processos para avaliar as competências e performance dos docentes (4.1.7) e a performance e formação dos funcionários não académicos (4.2.3; 4.2.4).
- Adequação das medidas de apoio e aconselhamento pedagógico dos alunos e de promoção da integração dos alunos na comunidade académica (5.2.1; 5.2.2).
- Utilização dos resultados dos inquéritos de satisfação dos estudantes para melhorar os processos de ensino/aprendizagem (5.2.4).
- Existência de um sistema periódico para rever os currícula para assegurar a sua atualização científica e metodológica (6.1.3).
- Adequação das metodologias para avaliação dos “learning outcomes” à luz dos objetivos da unidade curricular (6.3.3).
- Uso dos resultados da monitorização do sucesso académico para definir ações de melhoria (7.1.3).
- Uso dos resultados da monitorização das atividades científicas, tecnológicas e artísticas para a sua melhoria (7.2.6).
- Existência de informação pública sobre a instituição, o ciclo de estudos e a educação dada aos estudantes (7.3.3).
- Mecanismos para assegurar a qualidade da formação em exercício dos estudantes se aplicável (A.12.3).

Além disso, a A3ES tem em funcionamento pleno um sistema de certificação destes sistemas e a sua utilização pelas instituições será, eventualmente, promovida pelo novo sistema de avaliação a implementar a partir de 2017. No entanto, deve salientar-se que o recurso das instituições a este mecanismo é voluntário.

Quanto à segunda questão, a Comissão assumiu a participação do período experimental (8%) como a participação em regime de cruzeiro, o que não corresponde à realidade. Na verdade, as estatísticas mostram um aumento substancial da participação dos alunos, como se mostra na tabela seguinte.

Tabela 1 – Participação de alunos nas avaliações

	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/15	2015/16	Total
Candidatos válidos	58	148	409	292	350	1 257
Presença na formação	39	93	212	162	187	693
Trabalhos submetidos	25	60	200	127	127	539
Candidatos aceites	18	48	174	113	112	465
% de visitas com aluno	8%	12%	70%	68%	78%	-

A última questão é mais complexa e adquire particular acuidade face às alterações introduzidas no §2.6 dos Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area (ESG), aprovadas pelos os Ministros Europeus de

Educação, na reunião de Yerevan, realizada a 14-15 de maio de 2015. Estas alterações recomendam que os relatórios de avaliação sejam preparados para o público em geral e definem a sua estrutura. Já no relatório anterior manifestamos uma posição contrária a este aumento de uniformização e burocratização dos sistemas de garantia da qualidade.

Na opinião da A3ES, já expressa no relatório anterior, os exercícios de avaliação/acreditação têm como objectivo fundamental a melhoria da qualidade do ensino, ideia que não pode ser comprometida pela vulgarização dos textos no sentido de uma função de divulgação, como aliás foi reconhecido pelo Conselho Científico no seu 5.º relatório.

Uma solução possível, aliás referida nos novos ESG [The preparation of a summary report may be useful] foi já sugerida pela A3ES: “a possibilidade eventual de utilizar as conclusões dos relatórios finais de avaliação por forma a incluir um texto resumido, apenas em Português, em que se tornem mais evidentes para o público as razões das decisões de acreditação”. No entanto, como esta alteração implicará um esforço adicional apreciável, uma vez que são produzidos cerca de 1000 relatórios por ano, e como está em conclusão o primeiro ciclo de avaliações, foi decidido que esta alteração só será introduzida quando se proceder à reformulação da plataforma electrónica da Agência para o novo ciclo de avaliações.

Nesta fase intermédia foi decidido desenvolver e publicar relatórios síntese temáticos para colmatar essa falta. Foram já produzidos, publicados e distribuídos pelas instituições e público em geral, 18 Estudos Temáticos, como se decidiu designá-los, das áreas que a seguir se indicam, estando mais 10, em vias de conclusão.

- Contabilidade e Fiscalidade;
- Arquitetura;
- Química;
- Engenharia Civil;
- Biblioteconomia, Arquivo e Documentação;
- Economia;
- Electrónica e Automação;
- Ambiente e Engenharia Ambiental;
- Finanças Banca e Seguros;
- História e Arqueologia;
- Hotelaria, Turismo e Lazer;
- Ciências Informáticas;
- Jornalismo e Reportagem;

- Direito;
- Marketing e Publicidade;
- Ciência Política e Cidadania;
- Psicologia;
- Desporto.

Na sequência do relatório da A3ES, a ENQA reconheceu as melhorias introduzidas e manifestou a sua satisfação com o progresso conseguido. Além disso, chama a atenção para o facto de as alterações aos ESG terem sido aprovadas no Conselho de Ministros de Yerevan, pelo que esperam que essas alterações tenham sido incorporadas por todos os membros da ENQA nos seus procedimentos, o que deve ser analisado com especial cuidado pela Agência.

3. A acreditação prévia de novos ciclos de estudos

O procedimento de acreditação prévia de novos ciclos de estudos está estabilizado, estando em curso a realização do oitavo ciclo anual de acreditação. Continua a verificar-se uma redução do número de pedidos de acreditação prévia de novos ciclos de estudos, de 394 em 2014/15, para 225 em 2015/16 e agora para 187 em 2016/17. A distribuição dos pedidos para 2016/17 é a indicada na tabela 2.

Tabela 2 – Novos ciclos de estudos propostos para acreditação

	Universidade Pública			Universidade Privada			Politécnico Público			Politécnico Privado			TOTAL		
	14/15	15/16	16/17	14/15	15/16	16/17	14/15	15/16	16/17	14/15	15/16	16/17	14/15	15/16	16/17
Licenciatura	30	11	7	12	11	17	36	28	18	14	29	15	92	79	57
Mestrado	107	33	35	36	32	11	81	35	31	33	8	12	257	108	89
Mestr. Int.	4	4	2	0	2	3	-	-	-	-	-	-	4	6	5
Doutoramento	24	20	26	17	12	10	-	-	-	-	-	-	41	32	36
Total	165	68	70	65	57	41	117	63	49	45	37	27	394	225	187

No caso das universidades públicas verificou-se um ligeiro aumento (2 ciclos de estudos) mas houve diminuição em todos os outros sectores (-16 ciclos de estudos nas universidades privadas, -14 nos politécnicos públicos e - 10 nos politécnicos privados). Por tipo de curso, registou-se uma diminuição de 22, no número de pedidos de licenciaturas, uma diminuição de 19, no número de pedidos de mestrado

e uma diminuição de 1, no número de pedidos de mestrado integrado e um aumento de 4, no número de pedidos de doutoramento.

4. O ciclo regular de acreditação de ciclos de estudos em funcionamento

O primeiro ciclo regular de avaliação/acreditação que se iniciou em 2012 está em vias de conclusão. Este processo de avaliação/acreditação é baseado num relatório de uma Comissão de Avaliação Externa, integrando peritos estrangeiros e alunos, a qual visita a instituição. Este relatório fundamenta as deliberações, favoráveis ou não, do Conselho de Administração, nos termos do número 2.º do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 369/2007, de 5 de novembro que cria a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior e aprova os seus estatutos:

Compete ao conselho de administração da Agência, em função dos resultados da avaliação e do cumprimento, pelas instituições de ensino superior nela interessadas, dos requisitos constantes do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, a decisão de acreditação...

ou seja, o relatório dos peritos é um parecer, não um ato administrativo. Compete ao Conselho de Administração, tal como recomendado pela ENQA, no seu relatório sobre o sistema de avaliação anterior, assegurar “a consistência dos processos individuais de acreditação e entre uma acreditação e a seguinte. Esta preocupação é especialmente importante em relação às acreditações de cursos que, de outro modo, podem ser confrontadas com o facto de diferentes comissões de peritos verem de forma diferente, os diversos elementos e fazerem interpretações diferentes dos critérios” (Relatório da ENQA).

É por essa razão que, na Europa, as comissões de peritos nunca têm a competência para formular a decisão final. Essa competência está num organismo central que dispõe de informação completa sobre todos os processos, o que lhe permite assegurar a coerência e equilíbrio das decisões.

Este mesmo princípio está plasmado no n.º 2, do artigo 11.º, dos estatutos da Agência aprovados pelo Decreto-Lei 369/2007, de 5 de novembro, nos termos do qual, compete ao Conselho de Administração da Agência: a) A iniciativa de quaisquer procedimentos de avaliação ou de acreditação; b) A decisão final sobre os procedimentos referidos na alínea anterior, quer estes tenham sido desencadeados por sua iniciativa, quer a requerimento das instituições de ensino superior interessadas; c) A aprovação dos relatórios resultantes de processos de avaliação ou de acreditação.

Em finais de 2016 e início de 2017 terá lugar o exercício de reconstituição da base de dados tendo em conta a finalização destes processos, não havendo lugar a processos regulares de avaliação/acreditação de ciclos de estudos. No entanto, ocorrerá um número significativo (130) de Processos Especiais de Renovação da Acreditação como se indica no número seguinte. Além disso, terão lugar as creditações institucionais para todo o sistema (ver § 9) e serão continuadas as certificações dos sistemas internos de garantia da qualidade.

5. A revalidação das creditações – Alinhamento com o ciclo regular de creditação

Nos termos do Regulamento n.º 392/2013 da A3ES, que aprova o regime dos procedimentos de avaliação e de creditação das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos, “a instituição de ensino superior interessada que pretenda manter em funcionamento os ciclos de estudos acreditados requer a renovação da creditação até ao termo do ano letivo anterior àquele em que se verifique a caducidade da anterior creditação”. As primeiras decisões de creditação de ciclos de estudos por parte da Agência datam de 2010 (processo NCE 2009), pelo que se verificaram em 2016 os primeiros casos de necessidade de renovação de creditações concedidas pelo prazo normal de seis anos.

Por razões de operacionalidade do processo de avaliação/acreditação, importa assegurar que, no caso de “novos” ciclos de estudos que foram objeto de creditação prévia, ou de ciclos de estudos que tenham sido avaliados/acreditados fora do ciclo regular, o ano de avaliação para efeitos de renovação da creditação seja, tanto quanto possível, alinhado com o ano de avaliação da respetiva área de formação no ciclo regular de avaliação/ creditação. Para o efeito foi adotado um procedimento próprio, aprovado por deliberação do Conselho de Administração, que define os mecanismos e prazos para os pedidos de renovação da creditação.

Em 2017 estarão sujeitos ao procedimento “Pedidos Especiais de Renovação da Acreditação” (processo PERA 2016/2017) 130 ciclos de estudos que foram acreditados como novos ciclos de estudos em 2011 (NCE 2010), perfazendo assim em 2017, o período normal de validade da creditação de seis anos. Trata-se de um processo de avaliação/acreditação simplificado com vista a uma prorrogação da creditação (entre dois e quatro anos) até ao ano em que a área de formação em que o ciclo de estudos se insere, seja abrangida pelo ciclo normal de avaliação/acreditação. Os respetivos guiões de autoavaliação serão submetidos na plataforma da Agência até 28 de dezembro de 2016.

Durante o primeiro trimestre de 2017, será efetuada uma notificação às instituições indicando os ciclos de estudos em que o prazo de vigência da acreditação termina em 2018, cujos pedidos de renovação da acreditação deverão ser submetidos até finais de 2017.

6. O *follow-up* das creditações condicionais

Em caso de acreditação condicional de um ciclo de estudos a instituição de ensino superior é solicitada a apresentar um relatório de *follow-up* em que evidencie o cumprimento das condições fixadas no ato de acreditação. Em 2017, vencer-se-á o período de acreditação condicional de cerca de 350 ciclos de estudos que se encontram nessas circunstâncias. De acordo com os procedimentos em curso, a Agência alertará a instituição, com cerca de dois meses de antecedência, para a necessidade de submissão dos relatórios de *follow-up*, até ao final do mês que antecede o termo do período de acreditação.

7. A certificação de sistemas internos de garantia da qualidade

A Agência levou a cabo, em 2012, um exercício experimental de aplicação do processo de auditoria, com a participação de cinco instituições de ensino superior que dispunham de sistemas internos de garantia da qualidade em fase adiantada de implementação e se voluntariaram para o efeito. A partir da experiência recolhida nesse exercício, que validou o modelo adotado, foram introduzidos, em inícios de 2013, ajustes pontuais no Manual e nos Guiões do processo, tendo sido publicado um relatório de avaliação do exercício experimental.

A partir de 2013, inclusive, o processo de auditoria ficou aberto a todas as instituições de ensino superior interessadas, que poderão manifestar, em novembro de cada ano, o seu interesse em participar no exercício de auditoria do ano seguinte. De 2013 a 2016, realizaram-se exercícios de auditoria em que participaram 11 novas instituições. Em 2017, decorrerá um novo exercício, com base em processo de candidatura lançado em outubro/novembro de 2016.

Manter-se-á a ideia de realização de um Workshop anual com as instituições participantes, como fase preparatória do processo, bem como a disponibilidade da Agência para colaborar em iniciativas das instituições de ensino superior, destinadas a mobilizar as comunidades académicas para uma participação ativa nas questões da garantia e promoção da qualidade.

8. A participação dos estudantes na acreditação

O processo de recrutamento e formação de estudantes-avaliadores tem sido repetido anualmente, prevendo-se que, com base na pool de estudantes constituída em 2015, nas avaliações de ciclos de estudos a efetuar em 2017 (fecho do processo ACEF 2015/16), se disponha de um número suficiente de avaliadores para que a maioria das Comissões de Avaliação Externa possa integrar um estudante.

As Comissões de Auditoria dos Sistemas Internos de Garantia da Qualidade têm integrado e continuarão a integrar um estudante.

9. Avaliação institucional

No cumprimento do determinado na Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto, a A3ES irá promover a avaliação e acreditação institucional a nível de todo o sistema, incluindo o estado de desenvolvimento dos sistemas internos de garantia da qualidade e a contribuição para o emprego científico. A avaliação institucional deverá distinguir de forma clara entre as missões das instituições de carácter universitário e as instituições de carácter politécnico. O primeiro ciclo de acreditação de todos os ciclos de estudos está em vias de conclusão, pelo que a A3ES estará em condições de avançar para um sistema de creditações institucionais, como aliás está previsto no Regulamento n.º 392/2013. Este processo permitirá, em particular, verificar se as instituições cumprem as condições de funcionamento (por exemplo, a existência de doutoramentos em universidades e institutos universitários) definidas na Lei 62/2007, de 10 de setembro (RJIES – Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior) e se estão mantidos os pressupostos para o reconhecimento do interesse público (na sequência do estudo promovido pela DGES).

10. Preparação do segundo ciclo regular de avaliação do sistema a iniciar em 2017

O primeiro ciclo completo de avaliação/acreditação centrou-se na avaliação e acreditação dos ciclos de estudos em funcionamento e está em vias de conclusão, tendo tido um efeito positivo sobre o sistema. Por um lado, permitiu eliminar os casos mais graves de falta de qualidade e incentivar as instituições a desenvolverem e certificarem os seus sistemas internos de garantia da qualidade e a descontinuar os ciclos de estudo que elas próprias entenderam não reunir condições para acreditação. Por outro lado, as normas relativas à qualificação do corpo docente permitiram a sua melhoria, visível num aumento progressivo da percentagem de

docentes doutorados e com publicações significativas a nível internacional. Este último resultado será validado a partir da base de dados renovada da A3ES. No entanto, é de notar as dificuldades evidentes na utilização do conceito de especialista.

Os sistemas de garantia da qualidade devem, porém, ser periodicamente renovados sob pena de se transformarem numa rotina. O exercício que está agora em vias de conclusão foi exaustivo e muito exigente, quer a nível financeiro, quer a nível de recursos humanos. Por este motivo, será desejável introduzir algumas alterações que permitam a sua flexibilização e simplificação no segundo ciclo, a iniciar a partir de 2017. No entanto, a experiência internacional mostra que os sistemas tendem a oscilar entre extremos, de uma posição baseada em acreditações exaustivas de cursos, até uma posição de auditorias de qualidade a nível institucional. A mudança para um sistema mais simples e menos intrusivo resulta do cansaço das instituições com um sistema muito detalhado e rigoroso. No entanto, esta movimentação é substituída por uma deslocação em sentido contrário sempre que a percepção pública foi a de ter havido uma diminuição do rigor e eficácia do sistema.

Por este motivo, a A3ES irá tentar implementar um sistema intermédio, em que nas situações de qualidade comprovada se utilizará um método de amostragem em vez de uma avaliação exaustiva dos cursos. Este novo ciclo de avaliação/acreditação deverá, no entanto, ter em conta algumas questões:

- a) As alterações dos European Standards and Guidelines aprovadas pelos Ministros da Educação em Yerevan;
- b) A crescente ênfase na medição dos “learning outcomes” (ainda que tendo em conta as lições decorrentes das limitações reconhecidas do projeto AHELO da OCDE para medição dos “learning outcomes” e outros projectos como o Tuning ou, na sua continuação, o CALOHEE).
- c) A ênfase no envolvimento das partes interessadas internas e externas nos processos de criação e revisão dos cursos, nomeadamente na definição dos “learning outcomes”, no quadro da melhoria da empregabilidade dos diplomados.

O novo sistema de avaliação/acreditação será baseado nos princípios do “quality enhancement” e será discutido com representantes do CRUP, CCISP, APESP e estudantes. O novo sistema pretende aplicar uma metodologia mais flexível nos casos em que se verifique uma conjugação de fatores:

- 1) Um bom histórico de acreditação no 1.º ciclo concluído em 2016.
- 2) Níveis de qualificação do pessoal docente superiores à média nacional.

- 3) Bom nível de investigação, certificado pela avaliação dos centros de investigação (pelo menos Muito Bom).
- 4) Existência de um sistema interno de garantia da qualidade devidamente certificado pela Agência.

Nos casos em que se verifiquem aquelas quatro condições, será aplicado um sistema mais simplificado e flexível, baseado em amostragens associadas a um conjunto de indicadores de desempenho, os quais serão escolhidos a partir do estudo intitulado “Indicadores de Desempenho para Apoiar os Processos de Avaliação e Acreditação de Ciclos de Estudos”, promovido pela Agência.

Será também necessário definir, em separado, as condições para as instituições de natureza universitária e de natureza politécnica, para o que será aproveitado o relatório “Indicadores de Desempenho para as Instituições de Ensino Superior Politécnico nos domínios das atividades de investigação aplicada e de criação cultural e o seu impacto para as regiões em que estão inseridas”.

O novo sistema incluirá, também, uma atualização da base de dados criada durante o exercício de acreditação preliminar dos ciclos de estudos. Esta revisão implica que cada instituição forneça elementos sobre toda a oferta formativa em simultâneo, o que permite uma melhor avaliação da adequação dos recursos disponíveis à oferta existente.

11. Avaliação do ensino a distância

A lei não definiu propositadamente os padrões para acreditação do ensino à distância, sendo a regulamentação desta modalidade de ensino remetida para lei especial (Lei 62/2007, de 10 de setembro). Na vigência do anterior governo, foi nomeada uma Comissão presidida pelo Presidente do Conselho de Administração da Agência e integrando representantes das diversas componentes do subsistema, para preparar uma proposta que defina as normas de acreditação dos ciclos de estudos oferecidos em regimes não-presidenciais, a qual foi elaborada e entregue ao Ministério. Infelizmente o Ministério não deu andamento ao processo. Este processo foi retomado pelo novo Governo pelo que se aguarda a publicação de legislação que permita a intervenção da A3ES nesta matéria.

12. A garantia interna da qualidade na A3ES

A avaliação externa da A3ES é uma das principais componentes da política de garantia interna de qualidade da A3ES. Como já referido está concluído, quer o

processo de avaliação da A3ES no âmbito da ENQA, quer o respectivo follow-up. No entanto é necessário dedicar particular atenção à adaptação à nova versão dos ESG adoptada pelos ministros de Educação, em Yerevan. Numa reunião internacional, em que a A3ES, participou foram apresentados os resultados de um inquérito da ENQA que mostra que a generalidade dos países optou por manter a anterior versão dos ESG em operação até final dos ciclos de avaliação/acreditação em curso, só depois fazendo a adaptação aos novos ESG. A A3ES decidiu adotar um procedimento idêntico.

No âmbito da política de garantia interna da qualidade, e dando continuidade a procedimentos implementados nos anos anteriores, preveem-se para 2017, designadamente, as seguintes iniciativas:

- Obtenção de *feedback* externo através de mecanismos que, privilegiando o contacto direto com as diferentes partes interessadas, fomentem a recolha sistemática de comentários e sugestões das instituições de ensino superior e dos membros das Comissões de Avaliação Externa, através da aplicação de inquéritos na sequência das avaliações efetuadas; em 2017 serão, nomeadamente, realizados inquéritos sobre o processo de avaliação/acreditação de ciclos de estudos em funcionamento e sobre o processo de auditoria de sistemas internos de garantia da qualidade;
- Auscultação do Conselho Consultivo, nos termos previstos nos Estatutos da Agência;
- Auscultação do Conselho Científico, de composição internacional;
- Obtenção de *feedback* interno formal e informal, designadamente a partir de inquérito e de uma reunião anual do Conselho de Administração com os gestores de procedimentos;
- Tratamento da informação recolhida e publicação de relatório de conclusões e medidas de melhoria adotadas;
- Formação contínua dos colaboradores da Agência e dos membros das Comissões de Avaliação Externa, incluindo os estudantes candidatos a avaliadores.

Em 2017 entrará em operação o sistema de avaliação institucional, o que implicou uma alteração significativa da plataforma electrónica da A3ES. Durante este ano serão também introduzidas alterações significativas, na plataforma, para a avaliação/acreditação de ciclos de estudos, por forma a permitir a sua simplificação.

Em 2017 será publicado um novo número da série A3ES Readings com a caracterização do corpo docente que leciona em ambos os subsistemas de ensino

(universitário e politécnico) e em ambos os sectores de ensino (público e privado), em todas as IES portuguesas. Os indicadores utilizados incorporam perfis de análise pessoal, académico, de investigação científica e de experiência profissional. Por forma a permitir um conhecimento mais específico de cada área de estudo, foi ainda utilizada a Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF) (DGES - Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho, 2005). Assim, para além de uma caracterização global do corpo docente, o presente estudo está também organizado por CNAEF a 2 dígitos, ou seja, por cada uma das 22 áreas existentes, identificada através do grau académico mais elevado concluído pelo docente. Os dados utilizados reportam-se ao início do processo de avaliação/acreditação, no ano lectivo 2010/11 e vão permitir a comparação com os dados da nova base a criar em 2016/17, aferindo do progresso conseguido na qualificação do corpo docente

Estão em curso três estudos adicionais que entram no seu ano final e que aqui se descrevem de novo para informação dos interessados:

- 1) Padrões de mobilidade dos estudantes do ensino superior, estudo que pretende determinar quais as propriedades das redes que se podem obter pela análise dos padrões de mobilidade dos estudantes no território nacional (por exemplo, a rede de fluxos de candidatos entre distritos e a rede obtida pela discriminação dos candidatos por curso); quais os determinantes da mobilidade dos estudantes do ensino superior (por exemplo, qualidade institucional, condições do mercado de trabalho local); qual o impacto das recentes alterações legislativas (por exemplo, a obrigatoriedade de determinadas provas de ingresso para cursos em áreas específicas como a Engenharia e Economia) nos padrões identificados de mobilidade dos estudantes; qual o impacto de uma mudança estrutural na rede do ensino superior (por exemplo, pela fusão ou extinção de instituições) na distribuição territorial dos alunos; e, finalmente, de que forma alterações nas regras atuais de alocação das vagas, nomeadamente com a alteração dos *numeri clausi* /ou do sistema de colocação por nota de candidatura, poderão afectar os padrões identificados e a evolução demográfica poderá levar à reconfiguração da rede ou à (in)alteração dos padrões identificados.
- 2) “Acesso, sucesso e insucesso. Percursos estudantis no Ensino Superior”, estudo que analisa os dados referentes aos estudantes do 1.º ciclo, inscritos pela primeira vez, nas universidades que nele participam: Universidade de Évora, Universidade de Lisboa, Universidade do Minho e Universidade do Porto. Os estudantes a ter em conta no estudo são os que entraram pelo concurso nacional, contingente geral. Usando como referência o ano de

acesso de 2009/10, na primeira fase deste projeto, e em que se opta por uma orientação de carácter quantitativo-estatístico, seguem-se os estudantes inscritos pela primeira vez, no primeiro ano, identificando a informação respeitante às trajetórias de acesso e aos percursos de sucesso, de insucesso e de dropout. A informação sobre o acesso será recolhida em cada uma das quatro universidades envolvidas no estudo, de modo comparável; No final desta primeira fase do trabalho será apresentado à entidade financiadora um relatório intermédio com a descrição dos principais resultados, a fim de serem discutidas as questões mais relevantes a aprofundar na segunda fase do projeto (por exemplo, que áreas de ensino e formação deverão ser particularmente analisadas). A equipa receberá *input* relativamente à escolha dessas áreas. Na segunda fase, e na intenção de compreender os percursos de estudantes (1º Ciclo), na sua relação com o acesso, o sucesso, o insucesso e o dropout académicos, prevê-se traçar rotas de investigação de orientação qualitativas focalizadas nas pistas que emergiram da primeira fase do projeto. Para tal, serão construídos e validados instrumentos de investigação específicos, cuja administração nos contextos das quatro universidades permitirá obter dados que consubstanciem as conclusões finais do estudo.

- 3) “Learning Outcomes. Da implementação à avaliação numa visão tripartida dos resultados das aprendizagens: IES, estudantes e empregadores”. A investigação pretende contribuir para a avaliação e reflexão sobre o nível de implementação, concretização e avaliação de *learning outcomes* pelas IES em Portugal. Para tal, analisando as políticas internacionais, com especial ênfase ao contexto europeu e tendo por referência as orientações do *National Qualification Framework* português (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2009), pretende-se levar a cabo uma reflexão sobre uma abordagem holística do processo de construção, implementação e respetiva avaliação dos *learning outcomes* no sistema de ensino superior em Portugal. São objetivos do estudo avaliar o nível de implementação de *learning outcomes* pelas Instituições de Ensino Superior em Portugal, não só em termos de construção, mas também em termos de formas de concretização e respetiva avaliação. Ou seja, pretende-se analisar as competências que as instituições do ensino superior apresentam como sendo os resultados de aprendizagem que os seus cursos proporcionam aos estudantes, explorando os processos que dizem consubstanciar a sua promoção e a forma de avaliação da sua consecução; Avaliar o nível de adequação dos *learning outcomes* designados pela academia em confronto

com as necessidades percebidas pelo mercado; Avaliar as percepções dos estudantes finalistas, não só quanto às competências que eles consideram que o seu curso lhes pretende proporcionar, mas também às competências que eles de facto consideram que têm vindo a adquirir.

13. Internacionalização

A Agência continuará as ações que promovam a sua internacionalização, nomeadamente por meio de publicações de artigos nas revistas conhecidas da especialidade e participando nas atividades desenvolvidas pela ENQA. Assim, para 2017 estão previstas, desde já, as seguintes ações:

- 1) Participação na Assembleia Geral da ENQA, a ter lugar em data e local a determinar.
- 2) Participação na CHEA 2017 Annual Conference e no CHEA International Quality Group Annual Meeting, Washington, 30 de janeiro a 2 de Fevereiro de 2017.
- 3) Participação no 7.º Fórum da ENQA, a realizar em local e data a determinar.
- 4) Participação no seminário anual sobre Garantia Interna da Qualidade promovido pela ENQA – em local e data a designar.
- 5) Participação na 30ª Conferência anual do Consortium of Higher Education Researchers, a realizar na Universidade de Javaskila, Finlândia.
- 6) Participação na 38.ª Conferência anual do EAIR (European Association for International Education), a realizar na Universidade do Porto, de 3ª a 6 de agosto a 3 de setembro de 2017, sob o tema “Under Pressure? Higher education institutions coping with multiple challenges”.
- 7) Participação no Annual European Quality Assurance Forum, organizado por EUA, ENQA, EURASHE e ESU, a realizar em local e data a designar.
- 8) Participação no Summer Workshop 2017 da ECA – European Consortium for Accreditation promovido pela Agência francesa HCERES em Paris (Junho) .
- 9) Participação no Winter Seminar 2017 da ECA – European Consortium for Accreditation promovido pela Agência NVAO, em Haia (Dezembro).
- 10) Participação no Congresso da ERSA (The European Regional Science Association), 57th ERSA Congress “Social Progress for Resilient Regions”, de 29 August a 1 September 2017, em Groningen, The Netherlands.

- 11) Participação na comissão de acompanhamento da ANQEP, no processo de implementação da avaliação dos sistemas de garantia de qualidade no ensino profissional, EQAVET.

A Agência publicou na editora Palgrave McMillan, como previsto, dois novos livros “Higher Education as Commerce: Cross-Border Education and the Services Directive” e “European Policy Implementation and Higher Education. Analysing the Bologna Process”.

Na sequência do seminário internacional realizado em 2016 está a ser preparada a publicação de um novo livro com o título provisório “The visible hand of the internal market: tensions between European competence and national sovereignty in higher education”.

Será também publicado na Springer, um livro intitulado “Regional Upgrading in Southern Europe. Spatial Disparities and Human Capital”, editado por Madalena Fonseca e Ugo Fratesi. Na sequência desse livro a A3ES, em colaboração com a Fundação Belmiro de Azevedo irá organizar, em 2017, uma Conferência onde será continuado o debate em torno deste tema (ver programa provisório, anexo 2).

A A3ES assinou um contrato com o Gabinete de Apoio ao Ensino Superior – GAES (Tertiary Education Services Office) do Governo de Macau para a elaboração do guião para a avaliação de ciclos de estudos em Macau, trabalho que será efetuado em 2017. A A3ES tem em curso avaliações de dois doutoramentos da Universidade de Lisboa e acaba de receber uma solicitação para avaliar cursos na área das Tecnologias da Saúde.

A A3ES recebeu uma delegação da Agência congénere de Moçambique que veio efetuar um estágio para o aperfeiçoamento dos seus processos de avaliação e acreditação de cursos e instituições. Durante a estadia da delegação moçambicana foi assinado um protocolo de colaboração.

Também o Ministro da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação de S. Tomé manifestou interesse em que a A3ES possa avaliar o ensino superior oferecido no País por instituições estrangeiras.

A Agência vai continuar a sua participação em projetos de investigação financiados por programas da Comissão Europeia, em colaboração com a ENQA, a ECA e agências Europeias congêneres, sendo de destacar:

- Participação no Projeto “Employability”, do WG 2 da ECA.
- Participação no projeto Erasmus+ (KA 2 Strategic Partnerships for Higher Education), “EIQAS - Enhancing Internal Quality Assurance Systems”. O

projeto termina no final do ano de 2016, com a realização de um Seminário de disseminação do principal output to mesmo, “The Guide to Internal Quality Assurance”, organizado pela A3ES, em Lisboa. Encontram-se disponíveis vários estudos e relatórios do projecto, alguns dos quais incidindo sobre Portugal, da responsabilidade da A3ES, no site www.eiqas.com).

- Participação no projeto Erasmus+ (KA 2 Strategic Partnerships for Higher Education), “MEHR – Migration, Education and Human Rights”, coordenado pela Agência Sueca UKÄ, a desenvolver entre 2016 e 2018 e com o focus na avaliação de Learning Outcomes.
- Participação em representação da ECA, no Projecto Europeu “CALOHEE – Measuring and Comparing Achievements of Learning Outcomes in Higher Education in Europe” coordenado pela Universidade de Groningen, Holanda.
- Participação a convite do Ministério e da DGES, no projecto ERASMUS+ (KA3) “EnEO - Enhancing Entrepreneurial Orientation of higher education institutions “, coordenado pela Polónia.
- Participação no projeto da ENQA, Achieving Excellence through quality assurance. Foi já publicado um primeiro relatório que pode ser consultado em <http://www.enqa.eu/indirme/papers-and-reports/occasional-papers/ENQA%20Excellence%20WG%20Report%20The%20Concept%20of%20Excellence%20in%20Higher%20Education.pdf>

Por fim, a Agência continuará a contar com o apoio e aconselhamento de um grupo de peritos de renome internacional em políticas do ensino superior, incluindo a qualidade, os quais constituem o seu Conselho Científico. A sua composição foi alterada recentemente, sendo o Professor Guy Neave substituído pelo Professor Murray Saunders (U. Lancaster) e a professora Mary Henkel substituída pela Dr.ª Marja Beerkens (U. Leiden).

14. Visibilidade da Agência e análises a nível do sistema de ensino superior

O Conselho de Administração propõe, para 2017, as seguintes ações:

- a) Continuar a publicação da série dos Estudos Temáticos, para cada uma das áreas científicas avaliadas. Trata-se de documentos síntese que continuarão a ser divulgados pelas instituições de ensino superior, por outras instituições ligadas à Educação, pela comunicação social e público em geral. Os Estudos Temáticos dão uma visão de cada área e da sua evolução nos últimos anos.

- b) Continuar a publicação de livros na série “A3ES Readings”, como se referiu no § 12.
- c) A publicação internacional, na Springer, de um livro sobre “Regional Upgrading in Southern Europe. Spatial Disparities and Human Capital”, editado por Madalena Fonseca e Ugo Fratesi.
- d) A publicação internacional, na Palgrave MacMillan, de um livro com o título provisório de “The visible hand of the internal market: tensions between European competence and national sovereignty in higher education” com referência particular ao papel do Tribunal Europeu de Justiça na construção do Espaço Europeu de Ensino Superior.

15. Cronologia das ações

Nas páginas seguintes apresenta-se um cronograma com o planeamento das atividades para 2017. Neste período, a grande prioridade da Agência será a realização das avaliações institucionais, a reconstituição da base de dados que permitirá avaliar a eficácia do sistema desde o seu início e o lançamento do novo ciclo regular de avaliação/acreditação a iniciar em 2017.

O Conselho de Administração,

Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral

Jacinto Jorge Carvalhal

João Alexandre Botelho Duarte Silva

Sérgio Machado dos Santos

José António Sarsfield Pereira Cabral

Maria Teresa da Silva Duarte

Armando José Pinheiro Marques Pires

Cronograma de atividades		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Acreditação prévia	Avaliação das propostas de novos ciclos de estudos												
	Deliberações sobre as propostas de novos ciclos de estudos												
	Novo ciclo de propostas de novos ciclos de estudos												
	Nomeação dos avaliadores												
	Análise prévia das propostas de novos ciclos de estudos												
Auditoria dos sistemas internos	Workshop com instituições participantes no ASIGQ 2017												
	Submissão do relatório de autoavaliação na plataforma												
	Seleção da Comissão de Avaliação Externa												
	Ação de formação dos membros da CAE												
	Visitas de auditoria												
	Início de decisões sobre certificação												
	Anúncio de condições de participação em 2018 e prazos												
	Apresentação de manifestação de interesse em participar												
	Seleção das instituições a auditar em 2018												

Cronograma de atividades		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Acreditação Institucional	Nomeação dos avaliadores												
	Submissão do relatório de autoavaliação na plataforma												
	Ações de formação dos avaliadores												
	Visitas dos avaliadores												
	Decisões sobre acreditação												
	Planificação do ano 2017/18 de avaliação do sistema												
Ações diversas	Envio do relatório e contas para o Conselho Curadores												
	Envio do relatório para o Conselho Consultivo												
	Plano de atividades e orçamento de 2018 para C. Curadores												
	Plano de atividades de 2018 para C. Consultivo												
	Reunião do Conselho Científico												
	Recrutamento e treino de estudantes												
Novo ciclo	Definição de indicadores												
	Elaboração de novos guiões												
	Alterações da plataforma												
	Recomposição da base de dados												
	Calendarização de ações para o novo ciclo												
	Submissão do relatório de autoavaliação na plataforma												



Professor Alberto Amaral
President of the Management Board
Agency for Evaluation and Accreditation of Higher Education (A3ES)
Praça de Alvalade, n. 6 – 5º Frente
1700-036 Lisbon, Portugal

Dublin, 26 October 2016

Subject: Follow-up report to the 2014 external review report

Dear Alberto,

At its meeting on 15 September 2016, the ENQA Board considered the follow-up report arising from the external review of A3ES in 2014. The Board acknowledged the improvements made and expressed its satisfaction with the progress that has been achieved.

I would like to take this opportunity to remind you that as the Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area (ESG 2015) were adopted in the Ministerial Conference in May 2015, we expect that all ENQA Members have by now incorporated ESG 2015 into all relevant procedures.

Furthermore, the Board would like to point out that the areas with recommendations from this external review will be closely looked at in the next review.

Yours sincerely,

A handwritten signature in blue ink that reads 'Padraig Walsh'. The signature is fluid and cursive, with the first name 'Padraig' being more prominent than the last name 'Walsh'.

Padraig Walsh
President of ENQA

2016 Conference (9-11 October 2016)

- 1) Basic principles of the European Union. The rights of European citizens. Building an internal market. Economic and monetary union. Principles of subsidiarity and proportionality. Provisions on democratic principles. Provisions on the institutions. (Pauline Ravinet)
- 2) Difficulties of integration. Flexibility and differentiated integration. Models of differentiated integration. Policy implementation in the European Union. Hard law and soft law. The community method and the open method of coordination. Trends and problems in policy implementation Policy sensitive areas and the protocols annex to the European treaties. The cases of UK and Denmark. (Amélia Veiga/António Magalhães)
- 3) The increasing influence of international organizations and markets on higher education policies. The role of the European Commission, the OECD and the World Bank. The call of governments on international organizations to deal with internal problems and possible unintended consequences. (Alma Maldonado)
- 4) The EU directives and their influence over higher education. The Services Directive (Directive 2006/14/EC) and the internal market. The liberalisation of cross-border higher education. (Anne Wageningen)
- 5) The EU directives and their influence over higher education. The recognition Directives. The Directive 89/48/EEC on recognition of diplomas, certificates and titles. Directive 92/51/EEC on a second general system for the recognition of professional education and training. Directive 2005/36/EC on the recognition of professional qualifications, amended by Directive 2013/55/EC. (Howard Davies)
- 6) The European Court of Justice. The transfer of legislative power and policy-making from elected representative bodies to the courts – the *judicialisation* of politics. The role of the European Court of Justice in the integration process. The body of jurisprudence developed by the ECJ in the area of higher education. (Fausto Comandè, Jan de Groof)
- 7) The EC Communications, the knowledge society and their influence over higher education (*The role of the universities in the Europe of knowledge* (2003); *Mobilising the brainpower of Europe: enabling universities to make their full contribution to the Lisbon Strategy* (2005); *Delivering on the modernisation agenda for universities: Education, Research and Innovation* (2006); and finally *Supporting growth and jobs – an agenda for the modernisation of Europe's higher education systems* (2011)). (Andrée Sursock, Alberto Amaral)
- 8) Higher education and the EU: the Bologna Process, the Lisbon strategy and the European Higher Education Area. Implementation problems and convergence difficulties. (Cristina Sin/Orlanda Tavares)
- 9) A critical view of the neoliberal approach of the EU. The increasing predominance of the economic nexus. The individualisation of social problems. Matching skills with short term needs of the economy and the

limitation of the relative autonomy of education systems vis-à-vis capitalist production. (Peter Streckeisen)

- 10) Further integration through the market and the regulated professions. The recognition directive (Directive 2005/36/EC and 2013/55/EC), the freedom of movement directive (Directive 2004/38/EC and Regulation 492/2011) and the Services Directive (2006/14/EC) (Eva Hartmann)
- 11) Challenges for quality assurance. The Services Directive and the UNESCO/OCDE recommendations on quality assurance. The 2014 report of the European Commission, COM(2014) 29 final. ENQA and the 2015 Paris conference on the Quality Assurance of Cross-Border Higher Education. (M.J. Rosa/Sónia Cardoso)

International Conference “Economic development in Southern European Regions: Policies and higher education”

The lagging regions of the four southern countries of Europe (Greece, Italy, Portugal, Spain) share a significant number of socio-economic characteristics. In particular, these are regions which have been heavily assisted by European cohesion policies and yet were unable to catch up to the income and productivity levels of the rest of the EU, despite the relatively good performance of the most advanced areas of their respective countries.

Many reasons exist for this lack of convergence, which can be found in poor human capital, institutions, accessibility, lack of private investments, bad policy implementation, etc. These have been evidenced, among others, in a recent volume edited by Madalena Fonseca and Ugo Fratesi for Springer (2017), which focuses on the lack of structural upgrading as the reason, which left them stuck between rich regions and developing countries. The volume adopted a positive perspective, in which the various issues have been discussed by different scholars.

The conference will adopt a normative perspective, and will start from the problems of the lagging regions of Southern European countries in order to develop the policy prescriptions that should be implemented in order to achieve sustainable development. The problems of these regions are not short-run, and will need to be tackled with effective policies in the medium-long run.

Papers are welcome which investigate and or analyse the following themes:

- The success or lack of success of policies implemented in the lagging regions of the four countries.
- Theory-based evaluations or quantitative counterfactual evaluations.
- Theories behind the success or failure of policy efforts in this type of regions.
- New policy perspectives or objectives, which should be implemented.
- The interrelation between national and European regional policies and how they can be coordinated and made more complementary.
- Prospective and policy components on the link between human capital, higher education (innovation) and regional development will be particularly welcome.
- Reports from on-going projects on Smart Specialisation Strategies.

Keynote speakers:

- Madalena Fonseca: Regional disparities in Southern Europe: prospective scenarios.
- Ugo Fratesi: Economic issues of southern European Regions
- Andrés Rodríguez-Posé: Examining the Impact of Cohesion Expenditure in European Regions

- Joaquim Oliveira Martins: Regional Productivity catching-up and tradable sectors in Southern Europe
- Alberto Amaral: Trends of higher education and research in Southern European countries
- John Edwards: the role of higher education in smart specialisation
- Francisco Queiró: The Effect of Manager Education on Firm Growth

Andrés Rodríguez-Posé

Andrés Rodríguez-Pose is a Professor of Economic Geography at the London School of Economics, where he was previously Head of the *Department of Geography and Environment*. He is the current holder of a European Research Council (ERC) Advanced Grant. He is President of the *Regional Science Association International*, where he served as Vice-President in 2014. He has also been Vice-President (2012-2013) and Secretary (2001-2005) of the *European Regional Science Association*. He is a regular advisor to numerous international organizations, including the *European Commission*, the *European Investment Bank*, the *World Bank*, the *Cities Alliance*, the *OECD*, the *International Labour Organization*, the *Food and Agriculture Organization*, the *Inter-American Development Bank*, and the *Development Bank of Latin America*. He is the joint managing editor of *Environment and Planning C: Government and Policy*, an editor of *Economic Geography*, and sits on the editorial board of 28 other scholarly journals, including many of the leading international journals in economic geography, human geography, regional science, and management.

Joaquim Oliveira Martins

Joaquim Oliveira Martins is the Head of the OECD Regional Development Policy Division. Current projects cover regional growth, urban development, regional governance issues, and the determinants of health expenditures. He was former Head of the Structural Economic Statistics Division, focusing on Trade & Globalisation indicators, Productivity measurement and Business statistics. Previously, he was Senior Economist at the Economics Department heading projects on the Economics of Education, Ageing and Growth, and Health Systems. He was also Head of Desk for emerging markets, where he was in charge of the first Economic Surveys of Brazil, Chile and several transition countries. Other OECD monographs focused on *Competition, Regulation and Performance* and *Policy Response to the Threat of Global Warming*. He was also Research Fellow at the CEPII (*Centre d'Etudes Prospectives et d'Informations Internationales*, Paris). He is Associate Professor at the University of Paris-Dauphine. He holds a PhD in Economics from the University of Paris-I, Panthéon-Sorbonne.

Alberto Amaral

Alberto Amaral holds a doctorate from Cambridge and is a professor at the University of Porto and a researcher at CIPES – Centre for Research on Higher Education Policies. He was the rector of Porto University from 1985 to 1998, former member of the Executive Board of the Conference of European Rectors, former chair of the Consortium of Higher Education Researchers, former member of IMHE (OECD) and life member of the International Association of University Presidents. At present he is the chair of the administrative council of the Portuguese Agency for Assessment and Accreditation of Higher Education. Recent books include *European Integration and Governance of Higher Education and Research* (Springer), *Higher Education in Portugal 1974-2009. A Nation, a Generation*. (Springer), *Quality Assurance in Higher Education. Contemporary Debates* (Palgrave), *Cross-Border Higher Education and*

Quality Assurance: Commerce, The Service Directive and Governing Higher Education (Palgrave) and *Analysing European Policy Implementation: The Bologna Process* (Palgrave).

John Edwards

John Edwards works for the Smart Specialisation Platform at the European Commission's Joint Research Centre in Seville. He currently leads a project on the role of higher education in smart specialisation, in cooperation with DG Education and Culture. This project includes action research in selected European regions and monitoring of how the European Structural and Investment Funds are being spent on higher education. During the negotiations on the operational programmes of the EU's Cohesion Policy he assisted DG Regional Policy in the analysis of innovation strategies in the UK and Portugal.

John has an academic background in the governance of regional development, having completed his PhD at Newcastle University's Centre for Urban and Regional Development Studies. He also holds degrees in Geography and International Relations from St Andrews University and in European Politics from the College of Europe in Bruges. At home he is kept busy by his four children and also enjoys hill walking and the outdoors.

Francisco Queiró

Francisco Queiró is an Assistant Professor at Nova School of Business and Economics. He holds a PhD in business economics and an MBA from Harvard University, as well as a licenciatura in law from Universidade Católica Portuguesa. Prior to joining Nova, he was a postdoctoral fellow at the National Bureau of Economic Research, and before his graduate studies he worked as a consultant at McKinsey & Company. Francisco's research focuses on entrepreneurship and innovation, with a particular interest in the determinants of firm growth and the role of entrepreneurship as a driver of economic growth.

Ugo Fratesi

Ugo Fratesi is Associate Professor in Regional Economics at Politecnico di Milano. He holds a PhD in Economics (Università Politecnica delle Marche), a MSc in Economics (Università Bocconi) and a MSc in Local Economic Development from the London School of Economics. He is author of three books published by Springer-Verlag in its series "Advances in Spatial Science". He is author of several papers published in ISI journals in the field of regional economics, in journals such as *Regional Studies*, *the Annals of Regional Science*, *the Journal of Evolutionary Economics*, *Environment and Planning A*. His research interest the especially on the themes of regional growth, disparities and policy, including: regional growth; regional development; models for forecasting regional growth; theory and measurement of regional disparities and economies of localization and agglomeration; local spillovers; regional policy; territorial aspects of human capital and innovation; regional competitiveness; dynamic models.

Madalena Fonseca

Madalena Fonseca is a Geographer and Assistant Professor at the University of Porto, Department of Geography. She holds a PhD in Economic Geography. Currently, she is the General Secretary of the Portuguese Agency for Assessment and Accreditation of Higher Education - A3ES (Lisboa). Her main research topics are currently linked with higher education and human capital: offer and demand of higher

education, access, the Portuguese higher education system, higher education and regional development and quality assurance. She is a member of the Board of the European Consortium for Accreditation – ECA (The Hague) and the international expert for international accreditations of the German agency ZEVA (Hannover). She takes part in two Erasmus+ research projects on strategic partnerships for higher education. She is the author and co-author of a large number of papers and chapters of books in the field of economic geography and regional development.